

QUEIXAS DE BULLYING HOMOFÓBICO EM ESCOLA PÚBLICA: PARA ONDE VÃO?

Ivanete Alves de Sousa¹

Universidad De la Empresa (UDE). Grupos de Pesquisa: Enlace/ Fronteras de la educación. E-mail: netesousa@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo identificar e discutir os encaminhamentos dados pela Coordenação Pedagógica de uma escola pública municipal da periferia de Salvador/Ba às queixas de *bullying* homofóbico. De acordo com levantamento, por questionário, realizado em 2015 com estudantes do Ensino Fundamental da referida escola, o *bullying* homofóbico é o segundo tipo de *bullying* mais frequente, perdendo para o “*bullying* gordofóbico” (aquele que humilha, achincalha uma pessoa por ser gordo/a). O terceiro tipo de *bullying* relatado foi o racial. Assim, seguiu-se o estudo, com o intuito de identificar os encaminhamentos dados pela Coordenação Pedagógica às queixas de *bullying* homofóbico entre tais estudantes. O presente estudo apoiou-se no livro de ocorrências da escola, buscando-se no período de julho/2015 a dezembro/2016, os registros deste tipo específico de *bullying* e os encaminhamentos dados pela Gestão/Coordenação Escolar, em cada situação. A realidade encontrada no Livro de Registros de Ocorrências foi de quase total ausência de queixas, tendo sido providencial, a aplicação de um questionário semiestruturado às coordenadoras pedagógicas da escola, o qual foi contrastado com as informações fornecidas pelos estudantes por ocasião do levantamento e as anotações do referido livro de ocorrências. Tal realidade inspirou pesquisas de Mestrado com os temas *bullying* homofóbico e *bullying* racial pelas mesmas professoras que realizaram o levantamento inicial entre os alunos.

Palavras-chave: *bullying*; livro de ocorrências; coordenação pedagógica; Ensino Fundamental.

Introdução

A escola pesquisada possui 12 salas de aula, e atende crianças e adolescentes do 6º ao 9º ano, sendo que no turno vespertino se concentram as turmas do 6º ano. As turmas do 7º, 8º e 9º anos funcionam no turno matutino. O noturno é dedicado aos jovens em distorção idade/série e ao ensino de adultos. A Gestão escolar compõe-se de um Diretor-Geral e três vice-diretoras, cada uma com seu turno de trabalho. A vice-diretora do noturno tem formação em Licenciatura em Matemática, enquanto que as vice-diretoras do matutino e do vespertino são formadas em Pedagogia. A escola possui em seu quadro, cerca de 40 (quarenta) professores nos dois turnos, 1 (uma) secretária e 3 (três) auxiliares de secretaria; 2 (dois) porteiros; e 5 (cinco) auxiliares de serviços gerais, entre

¹ Mestranda em Educação pela Universidad De la Empresa – UDE, em Montevidéo/Uy. Membro do grupo de pesquisa As Fronteiras da Educação. Especialista em Supervisão Escolar - UEFS. Licenciada em Ciências Biológicas - UEFS. Professora de Ciências no Ensino Fundamental II, no Município de Salvador/BA. netesousa@gmail.com.

pessoal de limpeza e merendeiras. Em cada um dos turnos há uma Coordenadora Pedagógica, sendo que a Coordenadora do matutino acumula cargo de Vice-Diretora no horário vespertino e a Coordenadora do Vespertino é também Coordenadora do noturno, de forma que ambas cumprem 40 horas na mesma escola. Pelo cargo que ocupam e por seu papel na Coordenação pedagógica da escola, estas profissionais constituíram parte central da pesquisa que deu origem a este artigo.

Em meados de 2015, uma série de atividades foram desenvolvidas pelas professoras de Ciências (mostra de filmes e Grupos de debates) e de Artes (criação de ilustrações e rap) sobre o tema *bullying*, e sobre a ocorrência deste na escola, intervenção esta, que partiu da iniciativa das próprias professoras, e culminou em um levantamento, baseado nas atividades expostas acima e em questionário aplicado às turmas do 8º e 9º anos, o qual indagava, entre outras coisas, qual era o principal tipo de *bullying* na escola. O resultado do levantamento apontava para três tipos de *bullying*: gordofóbico, homofóbico e racial. De posse deste resultado, a inquietação que se seguiu foi o que originou a pergunta que motivou a presente pesquisa: *Quais encaminhamentos são dados pela coordenação pedagógica às queixas de bullying homofóbico?*

O primeiro instrumento utilizado em busca da resposta à pergunta apresentada foi o livro de ocorrências da escola, que é um caderno de capa dura, de uso da coordenação pedagógica e/ou gestão, destinado ao registro de ocorrências e/ou queixas de alunos e/ou professores a respeito de briga ou qualquer outro comportamento, que possa influir negativamente no processo ensino-aprendizagem. O registro da queixa, em tese, compreende a situação em si, o local, a data, as condições em que ocorreu, os/as alunos/as envolvidos/as, a identificação de quem recebeu a queixa e o encaminhamento dado à situação, de forma que este se constitui em valiosa fonte de dados. Neste, é utilizada a linguagem dos próprios participantes, sejam eles, os alunos queixosos e/ou coordenadores receptores, os quais anotam tais queixas. O período de interesse deste estudo foi de julho/2015 a dezembro/2016².

Discussões que envolvem questões relativas à homofobia e seus impactos na educação tem sido trazidas à baila, a exemplo do Programa o *Programa Brasil Sem Homofobia*, aprovado em 2004, que traz um capítulo totalmente dedicado às orientações para a educação, e evidencia o

² Ressalte-se que em fase anterior, por ocasião do cumprimento do TCC da Pós-Graduação *Lato senso em Educação, Diversidade e Cidadania* sob a orientação do Professor Dr. Valter Zotto de Andrade, buscou-se no referido livro de ocorrências tais dados e os respectivos encaminhamentos, referentes ao período de julho de 2015 a junho de 2016, de forma que o presente artigo representa um complemento dos dados, ou seja, somam-se agora os dados do segundo semestre de 2016 e as discussões acumuladas pela pesquisadora neste período de tempo.

direito a uma educação que promova valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual e incentivo a pesquisas a respeito do tema com vistas a promoção do debate discussões e ações que possam contribuir para a superação de preconceitos e discriminações a população LGBT no ambiente escolar. Nesse contexto, o estudo dos encaminhamentos das queixas que podem ter sido motivadas por homofobia, visibiliza a questão além de dar, ainda que parcialmente, uma ideia de como a escola lida com esta questão, tão presente em nossa sociedade, além de contribuir para futuras investigações mais aprofundadas sobre o tema. Os relatos de situações de homofobia encontrados nos livros de ocorrência possibilitam uma reflexão acerca dos desdobramentos desta violência no espaço escolar e nos aproximam da perspectiva de quem faz o relato no documento, refletindo a representação que tal queixa tem para a pessoa, na medida em que a escrita desta queixa é um registro de uma realidade, mas que passa pelo sentimento de quem relata e de quem recebe e anota a queixa.

Referencial Teórico

Buscou-se compreender a realidade encontrada através de autores/as como Miriam Abramovay e Guacira Louro, autoras brasileiras, que possuem importantes trabalhos a respeito da sexualidade, juventude, violência nas/das escolas e autores internacionais, como Michel Foucault, que traz uma reflexão importante a respeito da construção social das sexualidades e Daniel Borrillo, que tem importantes obras na área de Direitos LGBT.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) significam um marco para este estudo, porque modificam a visão biologizante, de se falar da sexualidade por meio da educação sexual, por professores de Ciências e Biologia, a qual passa a ser orientada para que seja trabalhada transversalmente, perpassando globalmente as disciplinas, o que representa um ganho, por passar a ser vista de forma integral, em suas perspectivas histórica, psicológica e social. Em sua Tese de Doutorado o ativista LGBT Toni Reis (2012), fala sobre essa mudança:

(Esta) mudança de visão a respeito da diversidade sexual, foi complementada em 1997/98 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Básico, cujo décimo volume trata da “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, sendo que neste caso o sentido da palavra “orientação” é a educação sobre a sexualidade” (Reis, 2012).

Entretanto, não é tão simples desconstruir a homofobia no meio estudantil, que tem se mostrado firme nos intentos de humilhar os colegas que se reconhecem LGBT ou mesmo que

apresentem aparência LGBT. Essa homofobia aparece em xingamentos, em piadas, brincadeiras de mal gosto ou até pelo isolamento de pessoas, contraditoriamente, num ambiente tão “diverso”. É crescente a preocupação sobre o bullying, pois “Ser alvo de ofensas e humilhações pode representar um problema gravíssimo para o sujeito, mais ainda se acontecem de forma repetitiva”. (ABRAMOVAY, 2009. p. 106). Utilizaremos o conceito de homofobia sugerido por Borrillo (2010), que a define como sendo uma:

hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo). (BORRILLO, 2010 p. 34).

Neste estudo, parte-se do princípio de que comportamentos como estes, são aprendidos nas relações entre as pessoas, estão no cotidiano e são difundidos culturalmente, de forma que preconceitos que ocorrem de forma subjetiva, quase que imperceptíveis, se reproduzem no espaço escolar, e se disseminam entre as pessoas, de forma direta ou indireta:

“a escola deixou de ser um espaço protegido e tornou-se um local que reproduz as violências que acontecem na nossa sociedade, em nível macro, e ao mesmo tempo, devido as suas especificidades como instituição, fomenta e constroi múltiplos e variados tipos de violências. A escola pode ser vítima, mas também autora de processos violentos”. (ABRAMOVAY, 2009, p. 27).

Compreende-se neste trabalho que, a promoção da cidadania está entre as tarefas mais importantes da escola e que, ao trabalhar valores como respeito às diferenças, às identidades de gênero, de raça, entre outros, a escola está dando base à formação da cidadania, visto que tais valores são subjacentes à formação crítica e cidadã.

Nesse sentido, a atuação da Coordenação Pedagógica é imprescindível na definição e sustentação de projetos e na busca de práticas pedagógicas, pois cabe à/ao profissional de Coordenação Pedagógica, “acompanhar o projeto pedagógico, formar professores, partilhar suas ações” (ALMEIDA, 2003, in CLEMENTI, 2005), posto que, são estes profissionais que, recebem e repassam materiais didáticos, propostas de ação e demais documentos enviados pelos/para órgãos superiores, inclusive sobre para formação continuada de professores, na medida em que, é da responsabilidade das/dos coordenadoras pedagógicas/os as tarefas de organização de projetos, implantação de ações escolares, orientação a alunos, e de professores com relação às atividades

pedagógicas, enfim, todo o suporte ao trabalho dos professores. Sendo função primordial deste profissional:

[...] “oferecer condições ao professor para que aprofunde sua área específica e trabalhe bem com ela, ou seja, transforme seu conhecimento específico em ensino. Importa, então, destacar dois dos principais compromissos do CP: com uma formação que represente o projeto escolar [...] e com a promoção do desenvolvimento dos professores [...] Imbricados no papel formativo, estão os papéis de articulador e transformador”. (PLACCO; ALMEIDA e SOUZA, 2011, p. 230).

Desta forma, os profissionais de Coordenação Pedagógica são, de antemão, os responsáveis pela linha política da escola, por meio da socialização de informações; promoção de ações pedagógicas; do suporte ao trabalho de professores, bem como pela acolhida e encaminhamento de queixas de alunos a respeito de situações que venham interferir no processo de ensino-aprendizagem e na formação de cidadania, como os casos de *bullying* ora investigados.

A sexualidade, mesmo sendo vivenciada no âmbito individual, se constitui socialmente (MOTT, 2006). Desta forma, ao promover discussões a respeito dos diversos tipos de sexualidade, a escola naturaliza os tipos não hegemônicos de sexualidade no cotidiano escolar, contribuindo assim, para diminuir a “estranheza” em relação ao tema e à vivência não heterossexual da sexualidade. Ainda que admita que há preconceitos contra LGBT, muitas pessoas não se veem como preconceituosas. (VENTURI e BOKANY, 2011, apud BRASIL, 2012).

À medida que estudantes e demais atores do ambiente escolar são convidados a questionar os preconceitos assimilados seja no ambiente interno, seja no ambiente externo à escola, em que “as perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado”. (LOURO, 1999, p. 18), são instigados a contribuir para que se modifique a realidade ora posta, de discriminação por motivação de preconceito sexual e/ou de gênero e seu alarmante número de violências e crimes por homofobia.

Metodologia

Com intuito de Identificar as queixas com motivação homofóbica, descrever e caracterizar os encaminhamentos dados pelas Coordenadoras Pedagógicas às situações de homofobia no contexto escolar, utilizou-se o enfoque qualitativo, o qual “consiste em obter as perspectivas e pontos de vista dos participantes” (PATON, 1980, 1990 apud SAMPIÉRI, 2013). Assim, a coleta dos dados

ocorreu, inicialmente, por meio da leitura atenta e cuidadosa do livro de ocorrências, com o objetivo de identificar registros específicos de homofobia e os encaminhamentos dados aos mesmos, no período de julho de 2015 a dezembro de 2016. Após a leitura do livro detectou-se que seria necessário a aplicação de um questionário semiestruturado às coordenadoras pedagógicas dos turnos matutino e vespertino da escola, de forma a confrontar com as informações levantadas anteriormente, com os estudantes, em questionário próprio e entender o desencontro de informações entre as respostas dos alunos e a quantidade de anotações de queixas de cunho homofóbico encontrados do livro de ocorrências.

Participantes:

Participaram do estudo 2 (duas) coordenadoras pedagógicas da escola. Ambas declararam possuir pós-graduação *stricto sensu* e ter formação em Pedagogia há pelo menos 14 anos. Ambas exercem a função de Coordenadora pedagógica na escola pesquisada, há mais de 7 anos, com carga horária de 40 horas semanais.

As Técnicas:

Análise Documental: Leitura minuciosa do livro de ocorrências, no período estabelecido para a pesquisa;

Aplicação de questionário: O questionário semiestruturado aplicado às duas coordenadoras pedagógicas da referida escola composto de 07 perguntas fechadas, com 04 opções de resposta: Nunca; Às vezes; Quase sempre; Sempre; 02 perguntas abertas, com 02 opções de respostas, SIM ou NÃO e 02 perguntas abertas. Constituíram o questionário, os seguintes blocos de perguntas: 1.1 *Levantamento sociodemográfico*, cujas perguntas versavam sobre idade, etnia, sexo, orientação sexual; 1.2. *Formação profissional*, com perguntas sobre quanto há quanto tempo possuem formação em pedagogia, se possuem pós-graduação, se tiveram contato com temas relacionados à diversidade sexual e homofobia durante a formação inicial ou mesmo durante o exercício da profissão; 1.3. *Conhecimento sobre a legislação pertinente*, como o Plano de Promoção da Cidadania - Programa Brasil Sem Homofobia e *Direitos Humanos de LGBT do Governo Federal* e em caso afirmativo, se conhece também as propostas de ação voltadas para a educação contidas no referido Plano e, por fim, 1.4. *Opinião* destas profissionais sobre ser ou não a escola, responsável

por discutir questões LGBT e, se têm conhecimento de situações de homofobia na escola e qual é o encaminhamento dado às mesmas.

Resultados e discussão

Partiu-se do princípio de que todos os atos que possam interferir negativamente no aprendizado, seja direta ou indiretamente, são registrados no referido recurso. Após a leitura do livro de ocorrências, cujo objetivo era de identificar as queixas com motivação homofóbica; descrever e caracterizar os encaminhamentos dados pela coordenação pedagógica às queixas de *bullying* homofóbico, detectou-se na verdade, que houve apenas 2 ocorrências relacionadas à homofobia, no período de 1 ano e meio, de acordo com o livro de registro de ocorrências da coordenação pedagógica. A primeira delas, ocorrida em 20/04/16, assinala que o aluno “X” se compromete a “não chamar mais os colegas A, B e C de veados”, de forma que se pode inferir que teria sido este o motivo do desentendimento, porém não é para afirmar se tratava-se de *bullying*, visto que este se configura pela repetição. O segundo registrado encontrado, em 30/05/16, descreve que o aluno “Z” foi encaminhado para a Coordenação por uma professora de História, pelo fato de que este teria agredido o colega “Y” e teria chamado outros dois colegas de “veados”. Neste caso nota-se uma agressão física, mas que no entanto, não deixa clara a motivação da dita agressão e um xingamento pelo mesmo menino a outros dois colegas, desta vez com fundo homofóbico, mas que, da mesma forma que no primeiro caso, não se configura como *bullying* homofóbico, visto que não há, do ponto de vista das ocorrências registradas, repetição do evento, seja por xingamento, agressão ou outra forma de manifestar homofobia aos mesmos colegas.

A análise do livro de ocorrências em questão, nos aponta dois caminhos: Por um lado, caso não houvesse um levantamento anterior que colocasse o *bullying* homofóbico como o segundo tipo de *bullying* mais recorrente na referida escola, poder-se-ia inferir que nesta escola há poucas ocorrências relacionadas à homofobia. No entanto, não é possível fazer esta inferência, visto que há uma grande distorção entre as informações coletadas por meio de questionário aos alunos e as informações obtidas a partir do questionário aos alunos em momento anterior e as informações agora obtidas, a partir da leitura do livro de ocorrências. Por outro lado, tal desencontro de informações leva-nos a interpretar que, por algum motivo, as situações de *bullying* homofóbico não chegam ao livro de ocorrências, seja porque os alunos não levam tais queixas, seja porque estas queixas não são anotadas como *bullying* de motivação homofóbica, podendo, muitas vezes serem

anotadas simplesmente como brigas, desentendimento ou de outra forma. Na terceira fonte de informações para fechar o triângulo da presente análise, o questionário aplicado às coordenadoras pedagógicas, este tipo de *bullying*, mais uma vez parece significativo, quando a coordenadora do matutino, que é justamente o horário do 8º e do 9º anos, em questionário próprio, responde que “quase sempre” recebe queixas de homofobia e ao mesmo tempo responde que “às vezes” registra no livro de ocorrências, as queixas desse tipo. O fato de encontrar poucas referências ao *bullying* homofóbico é um problema para a escola lidar, pois, pode estar demonstrando uma forma de discurso. De acordo com Foucault (1984) “Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (p. 30), de forma que a ausência destes registros pode representar silêncio, que também é uma forma de discurso.

Há que se discutir que valores a escola está trabalhando em seus alunos, pois de acordo com a definição de sua finalidade, bem como por obrigatoriedade legal, a escola tem a incumbência de promover a cidadania e o respeito à diversidade:

Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas (Brasil, 2007).

Mesmo que não seja tão perceptível, muitas vezes, a homofobia está presente no ambiente escolar. Invisível, cotidiana e disseminada, a homofobia participa do senso comum (BORRILLO, 2010, p. 19). Esse senso comum é difícil de ser percebido, por isso é facilmente disseminado.

O questionário aplicado às coordenadoras revelou despreparo por parte destas no trato com as questões LGBT, pois ao serem perguntadas se durante a formação em pedagogia, haviam estudado sobre os direitos das pessoas LGBT, ambas responderam que nunca. Em outra pergunta, se receberam ofertas de cursos sobre os direitos das pessoas LGBT, as mesmas afirmaram que algumas vezes foram ofertados cursos na área.

Sobre se conhecem o Plano Nacional de Promoção da Cidadania Programa Brasil Sem Homofobia e Direitos Humanos de LGBT do Governo Federal, ambas responderam “NÃO”. De acordo com Reis (2012) “o desconhecimento das políticas públicas é uma das dificuldades para sua efetiva implementação”. Por outro lado, para a pergunta se as questões relativas à homofobia devem ser trabalhadas na escola, ambas responderam “SEMPRE”, denotando interesse em discutir a tema

mesmo diante do desconhecimento das Leis pertinentes e quando perguntadas se a escola onde atuam desenvolve ações de combate à homofobia, as coordenadoras responderam que ÀS “VEZES”, demonstrando uma contradição entre o que entendem como papel da escola e o que elas próprias desenvolvem no ambiente escolar. “Na escola, docentes ou não, todos educam, e educam sexualmente. Assim, essas discussões devem interessar a todos os sujeitos que, de um modo ou de outro, integram o mundo da educação”. (JUNQUEIRA, 2009). Percebe-se que as coordenadoras não percebem o seu papel como fundamental para o enfrentamento da homofobia no âmbito escolar.

Outra contradição percebida é em relação à existência de situações de homofobia na escola, pois uma das coordenadoras responde que “quase sempre” há situações de homofobia na escola e ao mesmo tempo admite não fazer muitos registros quando responde “às vezes” para a pergunta se já fez registro de ocorrência de situação de homofobia na escola. A outra coordenadora afirmou não ter recebido queixa de *bullying* homofóbico no período de interesse deste estudo.

Por outro lado, ao serem perguntadas se acham importante que, na escola sejam desenvolvidas ações de combate à Homofobia, as mesmas respondem que “Sempre”. As respostas de uma das coordenadoras, de ter conhecimento da existência de situações de homofobia na escola, confirmam levantamento prévio entre os estudantes do 8º Ano, que colocam a homofobia entre os três tipos de preconceitos que mais os afetam no ambiente escolar. No entanto, destoam do número de registros encontrados no livro de ocorrências, o que nos leva a concluir que embora a homofobia esteja presente nos espaços da escola, esta não chega ao livro de ocorrências. À pergunta sobre, quais são os encaminhamentos para os casos de homofobia entre os estudantes, ambas as coordenadoras afirmaram que, nestes casos a Coordenação ou a Gestão Escolar intermedia um diálogo entre os envolvidos e, no caso de não haver consenso, suas famílias são convocadas para uma conversa mais ampliada, e só então é dado algum encaminhamento.

Conclusão

As questões relacionadas à sexualidade são difíceis de ser analisadas e se constroem socialmente, nas relações interpessoais. Pesquisas como esta têm a importante tarefa de colocar o tema em debate e ajudar a perceber atitudes, muitas vezes invisíveis, imperceptíveis de preconceitos e discriminações exercidas no dia-a-dia. De acordo com o psiquiatra Sérgio Torres, “Os agressores

estão dentro de cada um de nós. Na maioria das vezes, corresponde a mecanismos inconscientes extremamente prejudiciais, permanentes e limitantes”. (TORRES, 2010). Desta forma, o fato de encontrar poucos registros no livro de ocorrências na escola pesquisada, nos faz indagar-nos por que tais queixas se apresentam com pouca frequência no livro de ocorrências. A escola, por ser um ambiente de construção de conhecimento e de cidadania precisa resolver esta e tantas outras lacunas em busca de uma educação libertadora, respeitosa, cidadã e que provoque mudanças na sociedade, e dessa forma não se limite a reproduzir preconceitos e discriminações.

Ao agir em busca da garantia dos direitos de que todos/as os/as estudantes possam frequentar a escola sem sofrer qualquer tipo de discriminação, a escola está agindo de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), segundo os quais, a escola deve intervir nos momentos de “discriminação de um aluno em seu grupo, com apelidos jocosos e às vezes questionamento sobre sua sexualidade.” (BRASIL, 2000, p. 145).

Diante da pobreza numérica de registros no livro que tem esta finalidade, com apenas 2 ocorrências no período estabelecido para esta pesquisa, criam-se novas perguntas, como: Se os alunos colocaram em pesquisa anterior, a homofobia entre o segundo principal tipo de *bullying*, porque isto não se reflete no livro de ocorrências? Será que os professores percebem e trazem as situações de homofobia para a Coordenação Pedagógica? Por que não encontrado um número significativo de registros de situações de homofobia numa escola em que isto é uma queixa forte dos alunos de acordo com levantamento entre estes? Tais perguntas, no entanto, não poderão ser respondidas nesta pesquisa, abrindo-se, desta forma, mais um campo a ser analisado: a perspectiva dos professores, que são os profissionais que estão na sala de aula com os/as estudantes e que presenciam o maior número de queixas, além dos funcionários de pátio, que certamente poderão enriquecer bastante a pesquisa, além do aprofundamento entre os próprios estudantes. Percebe-se a necessidade de que a escola empenhe esforços em entender porque isso acontece no espaço escolar, justamente onde os conceitos deveriam ser ressignificados, muitas vezes são reproduzidos. Percebe-se a necessidade de investir nesse debate e desta forma, obter clareza em relação às perspectivas de sexualidade possíveis na sociedade e na escola, que nada mais é do que uma pequena amostra daquela. Desta forma, a escola poderá exercer seu papel na formação crítica e de construção de cidadania e então, receber sem discriminação, todo(a)s o(a)s aluno(a)s e familiares de alunos independente de suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay, M.; Cunha, A. L.; Calaf, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA**, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. 496 p.

BORRILLO, 2010, p. 34 in FRANÇA, Filipe Gabriel Ribeiro; VIEIRA, Patrícia Lins. **Os professores de educação física frente ao bullying homofóbico na escola**. 6 Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador-BA: ABEH.[Links], 2012.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. Secretaria de Direitos humanos. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Brasília: Distrito Federal, 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Pluralidade cultural e orientação sexual**/ Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CLEMENTI, Nilba. A voz dos outros e a nossa voz. In.:ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera M^a N. de S. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo:Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 5^a. Edição; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual e homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 111-142, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**, v. 14, n. 2. pp. 509-521. 2006.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R.; SOUZA, V. L. T. (Coord.). **O Coordenador pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições**. (Relatório de pesquisa desenvolvida pela Fundação Carlos Chagas por encomenda da Fundação Victor Civita). São Paulo: FVC, 2011.

REIS, A. L. M. **O silêncio está gritando: A homofobia no ambiente escolar, um estudo qualitativo no ensino fundamental de escolas públicas em Curitiba, Paraná**. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidad de La Empresa – UDE, 2012.

SAMPIÉRI, Roberto Hernández; Collado, Carlos Fernández; Lucio, María del Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**, 5a Ed., Buenos Ayres. 2013.

SILVESTRE, António. **Análise de dados e estatística descritiva**. Escolar editora, 2007.

TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte. Ed. Autêntica. Ouro Preto/MG: UFOP, 2010.